



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

IMPrensa FEMINISTA, JORNAL *MULHERIO* (1981-1988) E A DEFESA DO
DIREITO AO ABORTO NO BRASIL

YASMIN SAYEGH AL KAS

Monografia de Graduação

Brasília (DF), dezembro de 2016



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof^a Dr^o Mateus Gamba Torres

Banca Examinadora:

Professor Doutor Mateus Gamba Torres – HIS/UnB

Professora Doutora Teresa Cristina Novaes Marques – HIS/UnB

Professora Doutora Edlene Oliveira Silva – HIS/UnB

Defesa oral: 13 de dezembro de 2016

YASMIN SAYEGH AL KAS

Resumo

Este trabalho apresenta uma abordagem sobre a produção de periódicos feministas no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, período de ditadura militar, e o tratamento dado a questão do aborto no Brasil, usando para isso o jornal *Mulherio* (1981 – 1988). A partir das lutas do movimento de esquerda brasileiro contra o regime militar, o trabalho mostra a formação dos primeiros jornais de esquerda feministas e a formação de um novo feminismo no Brasil a partir da produção do jornal *Mulherio*, sua abordagem das temáticas feministas e, principalmente, a defesa do direito ao aborto no Brasil e suas problemáticas. Assim, conceitos de gênero e de patriarcalismo são trabalhados em conjunto com conceitos políticos de cidadania e autonomia sobre o corpo num jornal feminista de grande vanguarda.

Palavras-chave: Feminismo, ditadura militar, imprensa alternativa, aborto, *Mulherio*.

Dedico este trabalho ao meu querido companheiro Bruno Duarte, que me ouviu, aconselhou e juntou-se a mim em todos os momentos, me proporcionando calma, amor e infinitas felicidades.

Sumário

Introdução.....	6
1º Capítulo - Ditadura Militar, a mulher nos movimentos opositores e a formação dos periódicos feministas.....	12
2º Capítulo - Breve história do <i>Mulherio</i> e a abordagem da temática do aborto.....	21
Conclusão.....	31
Arquivos consultados e Fontes	
Bibliografia.....	34

Introdução

A pesquisa que resultou no presente trabalho trata do espaço de fala conquistado pelas mulheres a partir do ano de 1975, em plena ditadura militar. Período esse marcado pela censura e por uma pluralidade de ideologias políticas, que assumiam uma posição governista ou oposicionista, além de uma acentuada prática repressiva do governo, caracterizada na violência, institucionalizada pelo regime.¹ Explorando especificamente a produção de periódicos elaborados por mulheres nesse período, a exemplo dos jornais *Brasil Mulher* (1975 – 1980) e *Nós Mulheres* (1976 – 1978), a pesquisa buscará aprofundar-se na problemática social do aborto e de como, quando e porquê esse assunto era abordado nas edições dos periódicos de teor feminista. Para esse trabalho foi escolhido o periódico *Mulherio*² (1981 – 1988), publicado pela Fundação Carlos Chagas, em razão de representar, em seu tempo, um importante espaço para divulgação do pensamento feminista, e por discutir tão intensamente informações a respeito da defesa dos direitos reprodutivos femininos.

A historiografia das mulheres permite um novo olhar sobre já conhecidos e amplamente pensados acontecimentos e interpretações de tempos e vivências. Permite uma nova categoria de análise, num viés de crítica cultural, que busca no subjetivo da experiência humana novas considerações históricas, buscando fontes no âmbito privado. Nessa realidade, trabalhar com a história das mulheres reforça o mote feminista da década de 70: "o pessoal é político", sendo assim necessário quebrar modelos de análise do político, do cultural e da produção de conhecimento.

[...] as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização. De certo modo, o passado já não nos dizia e precisava ser re-interrogado a partir de novos olhares e problematizações, através de

¹ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1964.

² MULHERIO, São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

outras categorias interpretativas, criadas fora da estrutura falocêntrica especular.³

A importância de contar uma história das mulheres se inclina também no âmbito relacional de gênero, no momento de conquista de espaços e na promoção de sua legitimidade de forma pública, ao transmitir sua individualidade e subjetividades, interpretando-as num movimento de investir-se autonomia e complexificação das relações.

A ampliação do conceito de cidadania, o direito à história e à memória não se processavam apenas no campo dos movimentos sociais, passando a ser incorporados no discurso, ou melhor, no próprio âmbito do processo da produção do conhecimento.⁴

Reconhecendo-se a presença feminina, não mais como aporte masculino, em aspectos determinantes do que é hoje considerado história, abre-se um novo leque de possibilidades de conhecimento que ilumina uma história não enxergada anteriormente. A mulher é finalmente vista como sujeito social, cultural e político. Reconhece-se a produção de conhecimento e a crítica social e cultural sob um viés feminino, que observa subjetividades e problemáticas antes não identificadas, onde a diferença constrói e é política, potencialmente histórica e produtora de significado. Assim, trabalhar com a linguagem feminista nos periódicos, identificar, valorizar e analisar historicamente os problemas propriamente femininos que eram levantados nas edições dos periódicos é produzir história feminina.

Para alguns parece ser novidade a acentuada presença de mulheres na militância de esquerda, mas essa impressão equivocada não surpreende. As mulheres estiveram, desde o golpe militar de 1964, ativamente presentes na militância, inclusive na luta armada, sendo expostas aos mesmos riscos que os homens. Porém, sua presença era desvalorizada nesse meio, relegada a um segundo plano de trabalho e importância, e sua voz diminuída.⁵ Com a derrota da luta armada, um considerável grupo de mulheres da militância sentiram sensivelmente as consequências físicas e psicológicas advindas da repressão, das

³ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998. p. 13.

⁴ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998. p. 14.

⁵ RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Revista Labrys, Estudos Feministas. Número 3, 2003.

torturas, prisões e mortes de pessoas queridas. Muitas dessas mulheres sofreram o exílio.⁶

Nessa época, a modernização e a complexificação da vida em grandes cidades permite e chama as mulheres a novas atividades. Os cuidados da casa e da família, que antes era o único espaço reservado e permitido às mulheres de classe média, agora não o são mais. Porém, mesmo saindo do ambiente familiar para o trabalho, universidade e a vida social fora da casa, as mulheres sofriam severamente, em qualquer atividade exercida, a desqualificação por serem mulheres, por serem julgadas menos capazes que os homens, e essas considerações acompanhavam um antigo discurso misógino de autoridade dos homens sobre as mulheres, seu corpo, vontades e autonomia.⁷ Nesse ínterim, lentamente introduz-se no contexto da esquerda brasileira, entre as mulheres, conceitos sobre a situação e espaços da mulher em sociedade. Continuamente sendo mantidas nos bastidores, essas mulheres, ao entrarem em contato com novas leituras, realidades, conhecimentos e, principalmente, o feminismo que advinha do exterior, em especial dos Estados Unidos e França, começaram a dar-se conta de sua situação de opressão.⁸

Formam-se, a partir nos anos 1970, em diversos Estados brasileiros e em poucos anos, grupos de mulheres - em sua maioria formados por mulheres provenientes da classe média brasileira - que procuravam exercer uma atividade de conscientização social e feminina, não somente na particularidade de suas reuniões, mas exercendo um trabalho social com mulheres da periferia.⁹

A conquista de um espaço de fala garantido ao feminino propiciava a exposição de seus pensamentos, inquietações e críticas, próprios à situação das mulheres e os seus enfrentamentos cotidianos. Sem a presença masculina que, além da política ditatorial, também se mostrava repressiva, o espaço de fala estava assegurado às mulheres e valorizado como tal, permitindo a entrada de uma

⁶ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista. Revista de Estudos Feministas vol.11 no.1 Florianópolis, 2003.

⁷ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista. Revista de Estudos Feministas vol.11 no.1 Florianópolis, 2003, p. 239.

⁸ COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2014.

⁹ PEDRO, Joana Maria. O feminismo de "Segunda Onda" - Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

subjetividade da linguagem feminina, ainda em formação, questionadora, de resistência e problematizadora das relações de gênero, do lugar da mulher em sociedade e, ainda melhor, sobre o que é ser mulher.¹⁰

Os periódicos feministas que surgiram a partir da segunda metade da década de 70 possuíam um caráter de pensamento e ação política, com uma linguagem marxista, ainda fortemente atravessada pelo universo político masculino e da militância de esquerda. Por isso também se autodenominavam de imprensa democrática e independente, como a maioria dos inúmeros periódicos de oposição ao regime militar que se formaram ao longo de todo o período da ditadura, associando-se a eles.¹¹

Atingir essas mulheres trabalhadoras periféricas era um dos propósitos dos jornais feministas. Traziam consciência para sua realidade de trabalhadora e, principalmente, consciência feminina, da diferença entre mulheres e homens sobre a vivência de trabalho e lugar na sociedade. É necessário atentar para uma importante conformidade entre o movimento feminista e a igreja. Os dois grupos estavam interessados no trabalho com as mulheres periféricas como também na atividade de oposição ao regime militar. Se uniam nessa questão num movimento de apoio mútuo. Porém, essa associação trazia conflitos e limites para a divulgação de um discurso feminista mais libertário, que tratasse de forma mais objetiva os problemas das relações de gênero, sexualidade e contracepção, nisso incluída a questão do aborto.¹²

A partir dos anos 80, acompanhando o processo de distensão política da ditadura, o pensamento feminista mais intenso encontrava pleno fluxo de escrita nos jornais independentes de absoluta organização feminina, que aos poucos iam se investindo de uma linguagem muito própria, além da marxista. Traziam com mais volume as questões da sexualidade feminina, métodos contraceptivos, relações de gênero e, como uma novidade, a discussão irrestrita da problemática social do aborto.

¹⁰ RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Revista Labrys, Estudos Feministas. Número 3, 2003.

¹¹ Pela imprensa independente. Nós Mulheres. Associação de Mulheres. Nº 2. São Paulo. Setembro/Outubro de 1976, p. 2.

¹² SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. XXI International Congress of LASA, Chicago, v.26, 1998, p.5.

Para trabalhar com tais questões a pesquisa será desenvolvida a partir da análise do periódico *Mulherio* (1981-1987), com acesso através do acervo digital do website da Fundação Carlos Chagas, responsável pela publicação do periódico em seus primeiros anos.¹³ O interesse no periódico será no sentido de compreender e usá-lo como fonte fundamental do pensamento feminista de uma época e lugar, pensado e trabalhado através de anos dentro dos grupos de mulheres. O periódico torna-se ponto de partida de uma análise e não algo que corrobore e some à história de outro objeto ou fato histórico estudado.¹⁴

Tratando de reconhecer a característica da fonte, em todas as suas especificidades, como um instrumento de comunicação, de intervenção na vida social, e mesmo de manipulação, o estudo do periódico também se atenta às problemáticas de sua produção, e como o mesmo estava inserido em seu meio. Assim, a fonte aparece como um objeto de pesquisa histórica sujeita a uma observação pragmática.

Um aspecto de extrema relevância é situar o periódico em seu lugar de produção. Quem o produziu, qual sua história, quem o fomentava, qual sua fonte de renda são perguntas que merecem resposta para uma melhor análise crítica. Definidas essas partes, parte-se para a análise do conteúdo do periódico. Nesse sentido, torna-se importante observar o vocabulário utilizado, identificando matizes da ideologia dominante presente, podendo assim identificar motivações políticas. Questões de ordem semiótica também merecem relevância: uso de imagens, como fotografias, quadrinhos e desenhos aproxima o que se quer dizer, as intencionalidades, da compreensão mais subjetiva de quem lê.¹⁵

Seguindo esse processo de análise dos periódicos, a pesquisa se concluirá com a análise crítica e comparativa dos discursos presentes, acerca do tema do aborto e suas problemáticas sociais no Brasil, sendo o aborto um assunto de grande relevância dentro das reuniões e trabalhos dos grupos de mulheres. Sem esquecer que o assunto, à época e ainda hoje, é rodeado de tabus e polêmicas, a análise dos textos percorrerá também o momento político que se vivia, e as relações de poder,

¹³ MULHERIO. Fundação Carlos Chagas: São Paulo. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/>>. Acesso em: 15 de out. 2016.

¹⁴ DE LUCA, Tania Regina. História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos. In:_____. PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p.118.

¹⁵ Idem.

subjetivas ou não, em detrimento da liberdade de fala. Das 40 edições de *Mulherio*, são usadas na pesquisa aquelas que tem em seu conteúdo menções artigos que tratam especificamente da questão do aborto (números 4, 9, 14, 15, 16 e 30).

O trabalho será dividido em dois capítulos. O primeiro tratará do contexto da ditadura, a interpretação da presença feminina dentro dos movimentos oposicionistas de esquerda e como, num momento vindouro, essas mesmas mulheres passaram a formar e liderar grupos exclusivamente femininos, que tratavam de questões femininas, vindo então a conceber a produção de periódicos que também eram exclusivamente produzidos por mulheres. Assim, o capítulo vai tratar do caminho percorrido para que se chegasse a formação de um ideal feminista militante.

No segundo capítulo, será tratada a história da formação do jornal *Mulherio*, suas características fundamentais como um periódico, sua linguagem e, principalmente, o que foi produzido sobre a questão do aborto. Assim, introduzido o problema do aborto, discutido como um problema social, cultural e de saúde pública, o capítulo seguirá para uma análise mais profunda sobre o discurso feminista manifestado no periódico quando abordada a problemática do aborto.

Capítulo 1 - Ditadura Militar: a mulher nos movimentos oposicionistas e a formação dos periódicos feministas.

No período da ditadura militar (1964 – 1985) estava em curso no Brasil um momento de modernização e conseqüente complexificação da sociedade nos centros urbanos. Essa modernização se dá pela transformação econômica iniciada no Brasil a partir dos anos 50, e que se amplia consideravelmente durante os anos da ditadura, pautada no estímulo a investimentos estrangeiros. Essa política ocasionou uma desnacionalização da economia brasileira que passava a ser dominada pelo capital americano. Tal fato proporciona, já nos anos 60, uma modernização no estilo de vida da classe média brasileira, marcada por um maior poder de consumo.¹⁶ Concomitantemente há uma entrada maior da mulher branca, de classe média e alta, no mercado de trabalho e nas universidades, ainda que de forma excludente. Esse processo acaba por gerar modificações nas relações cotidianas das mulheres em seus processos de autoconhecimento e atuação, numa busca real do direito de ocupar os espaços públicos.¹⁷

Este processo de modernização, acompanhado da efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso à métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, impactou o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal.¹⁸

É importante pontuar que as mulheres pobres e negras a muitas décadas trabalhavam fora de casa e gerenciavam economicamente suas famílias, sem ter pleno acesso aos meios de consumo, educação e trabalho de que dispunham mulheres de classes mais altas, configurando-se aí uma desigualdade econômica caracterizada por uma histórica de exclusão social dessas mulheres.¹⁹

¹⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1964, p. 75.

¹⁷ BASTOS, Natalia de Souza. Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970). Niterói, v.8 n. 2, 2008. Revista Gênero, p. 48.

¹⁸ SARTI, Cynthia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. XXI International Congress of LASA, Chicago, v.26, 1998, p.4.

¹⁹ NUNES, Gilcerlândia Pinheiro de Almeida. "A Integração do Negro na Sociedade de Classes": uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção. Revisa Cronos, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 247-254, jan./jun. 2008, p. 251.

Nota-se, todavia, que nesse momento as mulheres de classe média e alta, que compartilhavam de relações familiares de caráter tradicional, passam a ocupar espaços que antes eram ocupados de forma absoluta por homens. Saindo de seu espaço privado, do cuidado da casa, do marido e da família, essas mulheres vão ter acesso a novas experiências e conhecimentos, principalmente no espaço da universidade e com a entrada de novos valores sexuais e comportamentais que floresciam em outros países e começaram a influenciar a vida das jovens brasileiras. Por exemplo, o uso das pílulas anticoncepcionais permite pensar o sexo como prazer, separado da reprodução, permitindo a essas mulheres maior liberdade sexual. Transgredindo espaços que eram inicialmente destinados apenas aos homens, essas mulheres tiveram acesso a novas oportunidades, conquistando o efetivo direito de ir e vir, de estar na rua, na universidade, de construir uma carreira, ter prazer no ato sexual e, principalmente, de atuar politicamente.²⁰

É nesse contexto que inclui-se a participação feminina nos movimentos de oposição política ao regime ditatorial. Inicialmente participantes de movimentos estudantis e sindicais, as mulheres surpreenderam à época por uma quebra de padrão onde, mesmo sofrendo intolerância, e por meio de muito esforço, conquistaram espaços e puderam se firmar como sujeitos políticos, tomar decisões e liderar grupos e ações. "O elemento novo trazido pela militância feminina era o fato de as mulheres romperem também com o padrão da moça bem comportada, virgem, futura mãe de família."²¹

É importante perceber o motivo da existência de tantos grupos que estavam trabalhando num movimento de oposição política ao regime militar. O mesmo se caracterizava especialmente pelas diferentes formas de repressão contra qualquer pessoa, movimento, meios de expressão, que se opusessem ao regime ou que trouxessem alguma afronta política, e daí pode-se incluir qualquer tipo de expressão, que era considerada contrária à "moral e bons costumes" da população brasileira. O recrudescimento da autoridade política e da força policial funcionaram como engates para que os movimentos oposicionistas crescessem em número e atividades.

²⁰ BASTOS, Natalia de Souza. Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970). Niterói, v.8 n. 2, 2008. Revista Gênero, p. 46.

²¹ Ibidem, p. 48.

É importante lembrar que 1967 começou com uma débil tentativa dos estudantes em manifestações de chamar a atenção para seus problemas específicos. Em 1968, este movimento já tinha a adesão de muita gente de diferentes classes e correntes ideológicas. O conflito deslocara-se dos estudantes para as classes médias, em seguida para os trabalhadores e finalmente, graças à repressão, envolveu a Igreja Católica. Os focos originais de oposição não foram eliminados pelo poder coercitivo do Estado. Na realidade, fortaleceram-se com a adesão de outros setores e ganharam legitimidade com a repercussão de suas atividades no Congresso Nacional.

²²

Com a imposição do Ato Institucional Nº 5, no dia 13 de dezembro de 1968, o estado se tornou mais autoritário. Políticos que se opusessem ao governo estavam cada vez mais sujeitos à cassação de seus cargos e direitos políticos. Cidadãos considerados "inimigos internos" do governo perdiam seus direitos de defesa e estavam à mercê da prisão arbitrária e da tortura, agora de forma institucionalizada. Nesse mesmo momento, os veículos de comunicação que contestavam medidas políticas e denunciavam a repressão da polícia sofriam com a censura, prisões e fechamento de suas sedes. Os artistas e suas produções (teatro, música, cinema, literatura) eram obrigados a passar pelo crivo do órgão institucional de censura do regime.²³

Nesse momento de extrema repressão a qualquer forma de oposição e crítica ao regime, inicia-se no Brasil a luta armada. Ela se apresenta ideologicamente para muitos como a única opção para a derrubada do regime. Sobrevivendo na clandestinidade, formados em sua maioria por membros da classe média e de movimentos estudantis, estavam as mulheres ali também presentes nos diferentes grupos de luta armada, como apoio, organização e liderança. É importante distinguir a presença feminina nesses grupos, pois se tratavam de espaços ideológica e doutrinariamente masculinos. A forma como mulheres eram recebidas e percebidas nesses espaços, clandestinos e extremamente organizados, estava carregada de pré-conceitos trazidos originariamente das relações de gênero em sociedade. "Ademais, as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações

²² ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1964, p. 136.

²³ Ibidem, p. 131.

baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, [...] uma forma primária de relações significantes.²⁴

Participantes desses grupos, tanto de movimentos estudantis e da luta armada, as mulheres eram permeadas por uma dominação sexista. No momento que transgrediam a "norma" feminina de ser, admitida em sociedade, instantaneamente adquiriam, aos olhos dos outros, uma natureza masculina. Esse processo de masculinização das mulheres foi também, muitas vezes, artificializado pelas mesmas para que pudessem ser respeitadas e não serem mais tratadas como submissas e frágeis dentro dos movimentos de oposição.²⁵

A ação dos militares contra os movimentos armados de oposição foi extremamente eficiente. Desaparecimentos, assassinatos, diferentes tipos de tortura (emocional e física), amedrontamento e exílio. Foi um período de grande sofrimento e medo para qualquer grupo sabidamente oposicionista, e de uma sensação de desesperança frente a força violenta do Estado.

As forças de repressão dizimaram as fileiras das organizações clandestinas pelo generalizado uso da tortura para obter informações que pudessem levar à prisão de outros e ao desmantelamento das redes de apoio dos grupos de guerrilha.²⁶

Um número considerável de mulheres que participaram das movimentações de oposição e luta armada foram presas, torturadas e muitas delas sofreram também o exílio. Esses acontecimentos e a experiência de militância na esquerda reforçaram perspectivas sobre problemáticas da justiça social e sobre seu posicionamento como mulher numa sociedade política e culturalmente controlada por homens. Essas mulheres passam a afirmar-se também como seres políticos, com voz e poder, que deveriam estar em pé de igualdade com os homens.

Algumas mulheres que participaram dos grupos de esquerda revolucionária, após a derrota das organizações, redefiniram seus projetos políticos, abordando outras temáticas. Nesta nova fase da vida, algumas optaram pela militância em organizações feministas. Para muitas, o

²⁴ BASTOS, Natalia de Souza. Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970). Niterói, v.8 n. 2, 2008. Revista Gênero, p. 53.

²⁵ Ibidem, p. 62 – 63.

²⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1964, p. 160.

movimento feminista ofereceu elementos para a redefinição de suas trajetórias políticas.²⁷

Ao se tratar do feminismo no Brasil no período da ditadura militar, deve-se pensar no surgimento dos primeiros grupos de mulheres, a partir da década de 70. Eram chamados de grupos de consciência ou grupos de reflexão, e não necessariamente se identificavam com o termo "feminista". Formados exclusivamente por mulheres, tratavam-se de grupos que se reuniam para dialogar, ouvir e debater questões e problemas que estavam especificamente conectados ao universo feminino, seguindo um pensamento de "libertação" feminina do machismo e outras formas de violência sofridas dentro e fora do ambiente doméstico. Assim que o grupo alcançasse o número de 24 mulheres participantes, ele seria dividido, formando outros grupos. Dessa forma, acabaram por espalhar-se por diversos estados brasileiros.²⁸

Em seus debates, as participantes dos grupos de reflexão/consciência adotavam uma metodologia chamada "linha da vida" que as levava a falar sobre suas vivências pessoais. Conversaram sobre como viam o próprio corpo e o dos homens, contavam sobre a experiência da menstruação ou do aborto, narravam situações em que percebiam terem sido discriminadas por ser mulher na família ou no trabalho, comentavam a relação com o pai, com marido, com outros homens, diziam o que pensavam a respeito do desejo sexual e do prazer. Essas mulheres consideravam que a vida privada era fruto da sociedade. Abraçaram, então, o *slogan* feminista difundido internacionalmente: "O pessoal é político".²⁹

Dessa forma, as mulheres conferem-se autonomia para dizer o que querem e da forma como querem sobre o assunto que lhes for importante. Passar a pensar o pessoal como político, e o individual como coletivo dentro do espaço de reunião feminina, retira do espectro social e cultural apenas universo doméstico e subjetivo de experiências femininas cercadas pela naturalização do machismo em sociedade. Margareth Rago comenta que "a diferença sexual inscrita nas práticas e nos fatos é sempre construída pelos discursos que a fundam e a legitimam [...]".³⁰ Essas mulheres passam a pensar os espaços, ações e vontades que lhes são negadas por serem mulheres, começam a questionar essas concepções, que eram tão

²⁷ BASTOS, Natalia de Souza. Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970). Niterói, v.8 n. 2, 2008. Revista Gênero, p. 68.

²⁸ PEDRO, Joana Maria. O feminismo de "Segunda Onda" - Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012, p. 241.

²⁹ Ibidem, p. 244-245.

³⁰ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998, p. 7.

naturalmente aceitas, compreendendo-as como algo histórico e político, designadoras de um destino e molde de sociedade.

Os grupos femininos de consciência passaram a crescer consideravelmente, e desse crescimento surgiram grupos mais estruturados. O CMB, Centro da Mulher Brasileira, é fundado em 1975 na cidade do Rio de Janeiro. Em outubro do mesmo ano é fundado em São Paulo o CDMB, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira "com o objetivo de ser um centro, com sede física e estatutos, de estudos e reflexão voltados para o desenvolvimento de uma "consciência nacional da condição da mulher".³¹

Esses grupos, majoritariamente formados por mulheres de classe média advindas de grupos de esquerda, buscavam em seu interior uma nova forma de trabalhar a política, onde criticava-se "as relações verticalizadas, hierarquizadas e burocratizadas, tão presentes na prática dos grupos de esquerda brasileiros."³² Tiveram uma atuação muito importante no sentido de promover reuniões, eventos, seminários, pressões políticas e atuações sociais com mulheres pobres e periféricas. É nesse momento, a partir de 1975, que surgem os primeiros periódicos oriundos dos grupos de mulheres.

Inicialmente vale ressaltar que, durante os anos do governo militar, surgiu no Brasil um tipo de imprensa denominada democrática ou alternativa por uns e, por outros, de imprensa nanica. Esses jornais, com formato tabloide e muitas vezes de tiragem irregular e circulação restrita, eram vendidos em bancas, porém a venda mais significativa ocorria no âmbito da militância. Tratava-se de uma imprensa com características de esquerda e de oposição ao regime, artesanal e comercializada, prioritariamente, mão a mão, ou seja, através da venda por militantes dos movimentos populares em eventos ou nas sedes das próprias organizações.³³

Os periódicos ligados aos grupos de mulheres possuíam muitas das características citadas sobre a imprensa democrática e/ou alternativa, como uma tiragem e periodicidade irregular causada sempre por uma situação financeira precária, conseguindo sua maior quantidade de vendas dentro das reuniões e seminários das associações de mulheres.

³¹ PEDRO, Joana Maria. O feminismo de "Segunda Onda" - Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012, p. 241, p. 247.

³² BASTOS, Natalia de Souza. Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970). Niterói, v.8 n. 2, 2008. Revista Gênero, p. 47.

³³ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista. Revista de Estudos Feministas vol.11 no.1 Florianópolis, 2003, p. 234.

Ligado ao Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, o periódico *Brasil Mulher* foi fundado pela Sociedade Brasil Mulher, com a publicação de seu número zero em 9 de outubro de 1975. A jornalista Joana Lopes estava a frente da editoria. Com 16 edições normais e mais quatro extras, o jornal durou até o ano de 1980. O periódico *Nós Mulheres*, fundado pela Associação de Mulheres em 1976, possuiu oito edições e esteve ativo até o ano de 1978. Formados majoritariamente por mulheres que participaram de movimentos de militância da esquerda, muitas delas, anteriormente a participação nos jornais, atuaram clandestinamente, foram presas, torturadas e exiladas.³⁴

O periódico *Brasil Mulher*, em seu número zero, não se assumiu abertamente como um jornal feminista, porém se posicionou num lugar de defesa das mulheres numa sociedade onde são vividas inúmeras limitações e dificuldades ao ter-se nascido mulher. Apenas em seu número dois o periódico vai se assumir como uma imprensa feminista. Possuía um corpo editorial formado em sua maioria por jornalistas de antiga experiência com a imprensa. Rosalina de Santa Cruz Leite, membro do conselho editorial, enumera algumas de suas características e enfoques:

Quanto aos temas divulgados, vale destacar que o jornal *Brasil Mulher*, desde o número 0, afirmava a especificidade da luta das mulheres pela sua emancipação, debatia um conjunto de questões teórico-práticas ligadas à explicação da dominação/exploração das mulheres e divulgava as teses sobre a superação da sociedade patriarcal. Por outro lado, posicionava-se sobre todos os fatos conjunturais em pauta na realidade brasileira pós-luta armada, em plena vigência da ditadura militar e da reorganização do movimento popular.³⁵

O periódico *Nós Mulheres* possuía características de produção mais alternativas, com um corpo editorial bastante diversificado, (estudantes de psicologia, história, sociologia) e apenas uma jornalista profissional.³⁶ Em seu primeiro editorial tem-se conhecimento de seu projeto como um jornal declaradamente feminista e inteiramente voltado para as mulheres:

Desde que nascemos, nós Mulheres, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e

³⁴ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista*. Revista de Estudos Feministas vol.11 no.1 Florianópolis, 2003, p. 235.

³⁵ *Ibidem*, p. 237.

³⁶ MORAES, Maria L. Q. de. *A experiência feminista nos anos setenta*. In: TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, 2009, p.33.

ter filhos. Que Nós Mulheres não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa para homem. [...] Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para conseguir marido. [...] Quando vamos procurar emprego, [...] sempre encontramos mais dificuldades que os homens porque somos mulheres. Dizem-nos que não seremos boas trabalhadoras porque traremos para o serviço o cansaço de casa e a preocupação com nossos filhos. E quando, com muita dificuldade, conseguimos um emprego [...] sempre ganhamos menos que os homens, mesmo fazendo o mesmo que eles. E, neste emprego, nossos cargos são sempre subalternos. Nós Mulheres somos oprimidas porque somos mulheres. [...] NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções.³⁷

Os dois periódicos possuem muitas diferenças estruturais entre si, porém não perdem o teor feminista e a linguagem de esquerda tão profundamente conectada ao pensamento teórico dos grupos de esquerda. Nos dois periódicos há o debate acerca do direito à creches, o Movimento de Luta por Creches, que valorizava o trabalho feminino, priorizando a mulher da classe operária. Percebe-se claramente em seus artigos a presença de uma forte linguagem marxista, que vai trabalhar com os problemas e as dificuldades que provêm de desigualdades sociais profundas, focando-se especificamente nas desigualdades sofridas por mulheres pobres e periféricas, entendendo assim que a dominação sexual masculina "está ancorada no capitalismo e no patriarcado, como dois sistemas que interagem mutuamente."³⁸

Brasil Mulher e Nós Mulheres também traziam como temática críticas sistemáticas a qualquer conteúdo produzido e divulgado através de um meio de comunicação que trouxesse uma imagem deturpada sobre o feminino. Vão criticar a forma como esses meios criam e naturalizam a imagem de uma mulher ideal, que fabricam características do que é feminino, estereotipadas e padronizadas, que servem a um padrão de vida de consumo e submissão feminina. É dessa forma que os periódicos vão trazer fotografias e relatos de mulheres em seu cotidiano e realidade. Focando especialmente em mulheres pertencentes a bairros pobres e periféricos, vão relatar sobre seu trabalho e dificuldades diárias, identificando uma mulher que foge absolutamente de qualquer estereótipo publicitário, a mulher

³⁷ Editorial. Nós Mulheres. Associação de Mulheres. N.1. São Paulo, junho de 1976.

³⁸ TAMIÃO, Juliana Segato. Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, 2009, p. 61.

verdadeira, que possuiu opinião, trabalha intensamente, dentro e fora de casa, toma decisões importantes e passa diariamente por muitas dificuldades.³⁹

Os periódicos aparecem nesse momento político brasileiro como um instrumento de voz feminina. Silenciada cotidianamente nos mais diversos espaços, encontra abertura, no espaço criado pelo feminino, à produção de cultura, expressão de pensamentos e militâncias femininas e, principalmente, à produção de uma história feminina, que coloca a mulher como sujeito principal da ação. Tão importante quanto isso é a tentativa de fazer essa voz ser ouvida através de um meio de comunicação de forte impacto numa época como a do regime militar, marcado pela censura e conservadorismos. A crítica, o questionamento e o debate marcam fortemente esses periódicos. Essas mulheres trazem novas perspectivas e retiram do espaço da normalidade aquilo que era tão aceito e compreendido de forma espontânea. Desconstroem configurações ideológicas, políticas e sociais, estudam a história, que vulgarmente invisibilizou as mulheres através do tempo, e a criticam.

Ao fazer isso, passam a valorizar o que é feminino onde ele estiver, no espaço público ou privado, encontrando nele subjetividades, substâncias, sentidos concretos do fazer político (nesse contexto, assimilando o social) e cultural propriamente feminino. Assim, essas mulheres se afirmam num espaço e comunicação de linguagem própria, fazendo-se entender, produzindo novas interpretações e significados. Enfim, produzindo e expressando culturas e políticas femininas.⁴⁰

³⁹ TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, 2009, p. 87.

⁴⁰ RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Revista Labrys, Estudos Feministas*. Número 3, 2003.

2º Capítulo - Breve história do *Mulherio* e a abordagem da temática do aborto

Se durante o período mais repressivo da ditadura militar no Brasil eram poucos os jornais que falavam direta ou exclusivamente sobre a condição feminina e feminismos no Brasil, foi com o declínio do regime militar que se viu o amadurecimento da imprensa feminista no país. Através da leitura dos periódicos *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, que estiveram ativos respectivamente até os anos de 1978 e 1980, percebe-se uma imprensa ainda iniciante na defesa de direitos políticos considerados essenciais e basilares do feminismo, quando comparados os conteúdos com as reivindicações do feminismo na época.

Ademais da defesa do direito à creches gratuitas e de qualidade, de equidade no trabalho e nas funções do cuidado da casa e da família, além da denúncia da violência contra a mulher, esses jornais pouco ou nada falavam sobre as questões sexuais, da propriedade e autonomia do corpo feminino, planejamento familiar e, principalmente, sobre o aborto, temática tão significativa e grave para as condições de existência feminina no Brasil.⁴¹

Apesar dessas temáticas estarem tão presentes nos movimentos de mulheres, existiam motivos relevantes para que não fossem mencionados nos periódicos com frequência. Era tácita a presença da Igreja Católica em movimentos de oposição ao regime ditatorial com uma articulação de ajuda social a camadas populares e organizações de bairro, configurando-se aí uma aliança, " [...] de um lado, o feminismo que buscava explicitar as questões de gênero, do outro, os grupos de esquerda e a Igreja Católica [...]".⁴²

Com essa aliança, tratar de assuntos que para a Igreja eram desviantes, como o aborto e o uso de anticoncepcionais, poderia gerar conflitos, perdendo a união necessária para que os objetivos da oposição ao regime militar estivessem em conformidade e tivessem forte atuação. Porém, essas temáticas continuaram a ser trabalhadas na "esfera das discussões privadas, feitas em pequenos grupos de

⁴¹ RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global. Revista Labrys, Estudos Feministas. Número 3, 2003.

⁴² FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. Revista do Programa de Pós-Graduação em História - UnB. Brasília, vol.2, n. 4, 2014. p. 153.

reflexão, sem ressonância pública."⁴³ Acompanhando o processo de abertura política do Brasil, o público leitor viu surgir uma nova forma de jornalismo feminista com o jornal *Mulherio*.

Na década de 80, pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas envolvidas com o estudo da condição feminina no Brasil preocuparam-se em sistematizar informações sobre o assunto. No início, a proposta era compor um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e estudiosos do tema. Forneceriam dados de forma sistemática e abrangente sobre os problemas que envolviam a mulher brasileira.⁴⁴

Resultado de pesquisas engajadas do Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas, o *Mulherio* aparece como um jornal especialista no assunto do feminismo. Assunto já incorporado aos estudos e meios acadêmicos brasileiros. A trajetória do jornal pode ser dividida em três fases. Contando com o apoio financeiro da Fundação Ford até o ano de 1988, o jornal manteve uma periodicidade bimestral, publicando 16 números até outubro de 1983. Estavam a frente dessa primeira fase Fúlvia Rosemberg, pesquisadora responsável pelo projeto, e a editora e jornalista Adélia Borges. Em sua segunda fase o jornal desvincula-se da Fundação Carlos Chagas por questões burocráticas, fato que provoca uma transformação na produção do jornal, que diminui consideravelmente. A jornalista Inês Castilho tornou-se editora responsável dessa segunda fase. Até o ano de 1988, o jornal contou com as análises e contribuição de grandes pesquisadoras, como a jornalista Maria Rita Kehl, a antropóloga Ruth Cardoso, a filósofa Marilena Chauí e a cientista social Carmem Barroso. Em sua terceira fase, a partir de 1988, passa a intitular-se jornal *Nexo, Feminismo, Informação e Cultura*, perdendo assim o enfoque majoritariamente feminista e abrindo espaço para novas abordagens, fazendo parte da edição o artista plástico Guto Lacaz. Por não contar mais com o financiamento da Fundação Ford e, tendo apenas lançado dois números nesta terceira fase, o jornal encerra suas atividades no mesmo ano.⁴⁵

O jornal *Mulherio* manteve-se distante do discurso marxista tão usado nos já citados *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, por não apresentar-se como um jornal de oposição ao regime, mas sim como um jornal feminista. Apresenta-se aí um "novo

⁴³ FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. Revista do Programa de Pós-Graduação em História - UnB. Brasília, vol.2, n. 4, 2014, p.153.

⁴⁴ *Mulherio*. Uma História. Fundação Carlos Chagas.

⁴⁵ FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal *Mulherio* e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. Revista do Programa de Pós-Graduação em História - UnB. Brasília, vol.2, n. 4, 2014, p. 160 – 161.

feminismo", onde o corpo feminino toma contorno e torna-se um elemento medular da formação temática e editorial do periódico. Através do estudo das "políticas do corpo", abre-se um novo leque de possibilidades de análise e crítica social, tão caras ao feminismo contemporâneo. O corpo feminino passa a ser protagonista nas análises políticas e culturais dos espaços, representações e nos estudos dos silenciamentos femininos numa sociedade construída a partir de estruturas de dominação patriarcais.⁴⁶ Essas estruturas são denunciadas no artigo de Marilena Chauí para o *Mulherio*, *Em torno da política do corpo*:

O corpo, pelo menos em nossa sociedade, é um dos objetos privilegiados para o exercício da dominação. [...] O arsenal da filosofia, da ciência e do direito foi mobilizado para converter em teoria a prática da opressão corporal. [...] De modo sumário e grosseiro, digamos que a religião e a moral religiosa invocam um corpo penitente, enquanto a ciência e as técnicas produzem um corpo disciplinado [...] A mulher, ambigualmente, é vista essencialmente como corpo (virgem, mãe, esposa, prostituta) ou como "fêmea" -- isto é, como um ser que permanece determinado pela Natureza - e, ao mesmo tempo, como um "bem" - isto é, como coisa cultural. Assim, humanamente, a mulher é corpo e, portanto, animalidade (por isso se diz que ela é mais "instintiva", mais "sensível", mais "intuitiva" do que o homem), e culturalmente é espelho de anseios e de angústias masculinas (o símbolo da castração). Sexualizada ao máximo e deserotizada ao máximo (não se diz por aí que a mulher "não tem desejo"?), corpo produtivo (procriada) e instrumental (trabalhadora que reproduz relações sociais), a mulher é definida como um ser a meio caminho entre a Natureza e a Cultura e por isso o espaço próprio de sua vida é a família, elo entre a existência natural e a cultura.⁴⁷

O jornal desenvolve um pensamento sobre uma opressão simbólica do corpo feminino muito antiga e muito bem firmada no imaginário social. Numa sociedade estruturada pelo patriarcalismo, o único espaço de vida próprio a vida feminina é o espaço familiar, e nele a mulher é percebida como um bem simbólico de manutenção de uma política privada dominada pelo homem. O corpo da mulher é assim permeado de simbologias que envolvem sua capacidade reprodutora. Ela é o "vaso sagrado" que permite a perpetuação do sangue masculino e da família pelo homem liderada.

O *Mulherio* vai continuamente denunciar essas estruturas e simbologias de dominação masculina. Essa temática é também desenvolvida no jornal numa análise sobre a questão da maternidade e a ideia do amor materno. No primeiro número, num artigo intitulado *Mãe, paraíso perdido ou reencontrado?*, de Carmem

⁴⁶ RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global. Revista Labrys, Estudos Feministas. Número 3, 2003.

⁴⁷ CHAUI. Marilena. Em torno da política do corpo. *Mulherio*. Ano 2. n. 6. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1982. P. 8-9.

Barroso, é introduzido o conceito de "maternidade compulsória", até então uma novidade nos jornais feministas.

O reconhecimento da ambivalência em relação à maternidade - tal como ela é institucionalizada dentro do capitalismo e do patriarcado - é um primeiro passo no questionamento da maternidade compulsória, destino inexorável de toda mulher, supostamente determinado pelo simples fato da existência de um útero dentro do seu ventre.⁴⁸

Fundada no capitalismo, a divisão sexual dos trabalhos já não serve mais às transformações econômicas, que chama as mulheres ao mercado de trabalho. As mesmas continuam as únicas responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos, evidenciando-se assim uma realidade insustentável. A maternidade é exposta no sentido de que a mulher, vivendo e compartilhando de uma sociedade pautada em princípios de uma dominação de seus corpos a partir de estruturas sociais masculinas, possui a maternidade como único destino possível. Destino esse que não considera a realidade das mulheres, seus desejos e suas escolhas, onde seus corpos são meio para um fim, a da hereditariedade masculina, onde o mesmo configura-se como propriedade do homem, sem autonomia e objetificado. Assim, o corpo feminino é concebido como um bem simbólico, e a maternidade como uma importante parte do funcionamento dessa sociedade, que exclui as mulheres das decisões de âmbito público e político, e onde a manutenção da vida privada é função exclusiva das mulheres.⁴⁹

Constrói-se também uma mistificação do amor feminino, obrigatoriamente materno, que coloca a mulher numa posição indiscriminada de aceitação de uma gravidez que não é desejada, restando para ela a única opção da maternidade ou a culpa gigantesca de tê-la interrompida. A capacidade reprodutiva aí compreendida simbolicamente como o maior atributo feminino e a maternidade como seu momento de glória. A gravidez aparece como uma obrigação feminina perante a sociedade, que ignora especificidades, configurando-se aí a problemática da gravidez compulsória.⁵⁰

⁴⁸ BARROSO, Carmem. Mãe, paraíso perdido ou reencontrado. *Mulherio*. Ano 1. n. 1. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1981. p. 8.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 54.

⁵⁰ MIGUEL, Luís Felipe. Aborto e Democracia. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis. 20(3). Setembro-dezembro/2012, p. 666.

Buscando no subjetivo da mulher e em suas vidas reais, nos sentimentos honestos, o jornal descobre e comunica as muitas violências, físicas e psicológicas as quais as mulheres são submetidas num arcabouço de significados culturais. Defende direitos negados ou silenciados. Silenciamento esse subscrito na lógica de dominação masculina.⁵¹

A defesa do direito ao aborto é expressamente uma das bandeiras do periódico. Em todos os números lançados com o nome *Mulherio* há pelo menos uma menção à questão do aborto. Para essa análise, foram escolhidos os números 4, 9, 14, 15, 16 e 30 por trazerem uma análise complexa e crítica das jornalistas, que trazem novas perspectivas e dados ao público leitor, sobre a situação real da criminalização do aborto no Brasil, informações sobre processos de descriminalização do aborto em outros países, e questões mais teóricas que falam sobre a dominação dos corpos femininos, categoria fundamental dos estudos feministas.

Pode-se iniciar uma análise sobre a situação do aborto no Brasil a partir do Código Penal de 1940. Nele, o aborto é considerado crime nas seguintes situações: se a mulher provoca o aborto em si mesma ou consentir que outra pessoa o provoque, provocar o aborto sem ou com o consentimento da gestante, sendo aumentadas as penas caso a gestante sofra algum tipo de lesão corporal ou o procedimento decorra na morte da mesma. O Código Penal também define os casos de aborto permitidos: sendo a gravidez de risco para a mulher e quando não existir outra forma de salvar sua vida, e gravidez resultante de estupro, sendo o aborto somente permitido com o consentimento da gestante ou de um representante legal.⁵²

Essas determinações legais sobre o aborto não sofreram grandes alterações, a não ser nas penas, e vigoram até os dias de hoje. No período da ditadura militar pouco ou nada foi dito sobre questões legais referentes ao aborto. Até o ano de 1980 o desinteresse no assunto era disfarçado em políticas públicas e projetos de lei no Legislativo onde figuravam o favorecimento e publicação dos métodos anticoncepcionais como a única forma possível de planejamento familiar para as

⁵¹ PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de SOIHET, Rachel (orgs.). Corpo feminino em debate. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 20.

⁵² Código Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto Lei Nº 2.848. de 7 de dezembro de 1940.

mulheres, onde a argumentação defendia a anticoncepção para "evitar o aborto criminoso".⁵³

No âmbito da sociedade civil, a discussão sobre a questão do aborto ainda era restrita, não havendo segmentos da sociedade civil dedicados direta e/ou publicamente a este tema. As manifestações da Igreja Católica em relação ao aborto eram mais defensivas do que propositivas, se tivermos como referência a sua influência no Congresso Nacional.⁵⁴

A partir do ano de 1980, período de abertura política, também não houve alteração no sentido legal da questão. Cinco propostas foram apresentadas mas não houve qualquer continuidade ou aceitação. A ferrenha oposição, o medo de um posicionamento a favor e a indiferença dos políticos no Congresso Nacional pautavam as frágeis discussões. Na sociedade civil, as organizações feministas estavam ativamente movimentando as discussões acerca do aborto. Esse assunto é tratado de forma quase pedagógica num artigo do *Mulherio* de Maria Carneiro da Cunha, intitulado *A lei ignora a realidade*⁵⁵, de 1981. Nele, são apresentados dados importantes sobre a situação da mulher que aborta no Brasil, onde, naquela época, quantificava-se mais de três milhões de abortos clandestinos, levando em conta o fato de que não é possível quantificar a verdadeira realidade de algo que acontece de forma clandestina.

E o quadro existente é suficientemente alarmante para justificar essa preocupação, pois, apesar da lei punitiva ou por causa dela, calcula-se que se praticam anualmente no Brasil mais de três milhões de abortos clandestinos. Em consequência deles morrem muitas mulheres por ano, sem contar aquelas afetadas permanentemente por danos diversos a sua saúde física e mental, com destaque para as doenças crônicas e a infertilidade.⁵⁶

O artigo apresenta o fato de que, apesar da existência de uma lei que pune a prática do aborto, ele continua sendo feito em todas as classes sociais e por mulheres que vivem diferentes condições. Casadas, solteiras, divorciadas, pobres e ricas. O problema essencial, no que tange o campo da saúde pública brasileira, é a desigualdade econômica entre essas mulheres. Enquanto a mulher rica tem a possibilidade de pagar o procedimento clandestino em clínicas privadas e

⁵³ DA ROCHA, Maria Isabel Baltar. A discussão política sobre o aborto no Brasil: uma síntese. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 23, n. 2. jul./dez.. 2006, p. 370.

⁵⁴ DA ROCHA, Maria Isabel Baltar. A discussão política sobre o aborto no Brasil: uma síntese. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 23, n. 2. jul./dez.. 2006, p. 370.

⁵⁵ DA CUNHA, Maria Carneiro. A lei ignora a realidade. *Mulherio*. Ano 1. n. 4. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1981, p.4.

⁵⁶ Idem

especializadas, que cobram preços excessivos, é flagrante a situação de mulheres pobres que, sem poder pagar pelo procedimento numa clínica, praticam o aborto das mais variadas formas em circunstâncias de enorme insalubridade e perigo para sua saúde. Tal realidade configura um flagelo para a população de mulheres mais pobres que, sem condições de arcar com a gravidez e um futuro filho, não encontram soluções diferentes que não o aborto clandestino. O resultado, na maior parte das vezes, são danos físicos e psicológicos irreparáveis. Muitas inclusive morrem por complicações decorrentes da falta de amparo das estruturas públicas na decisão pelo aborto.⁵⁷ No jornal, a proibição do procedimento de interrupção de gravidez é tratada como uma supressão de direitos, e não como solução para se evitar o aborto, visto que eram feitos mesmo sem "autorização legal".

A legalização não aumenta o número de abortos mas apenas cria condições para que aqueles que se realizarem de toda forma se façam em condições menos perigosas e mais humanas para as mulheres que assim escolheram.⁵⁸

Por meio de reflexões como a da autora citada acima, o *Mulherio* vai questionar a dominação masculina sobre o corpo feminino e sua falta de poder de escolha, onde a criminalização do aborto é mostrada como um dos exemplos mais impiedosos dessa dominação, caracterizada por uma enorme violência, que alcança a política e os conceitos de cidadania. Dentro de um estado autoritário e conservador, assuntos como o aborto são ignorados ou tratados como um ultraje a ordem pública.

Como divulgado em diferentes números do *Mulherio*, em 1983 a deputada Cristina Tavares (PMDB/PE) apresentou à Câmara Federal um projeto que ampliaria as possibilidades de realização legal do aborto. O jornal criticou o projeto por achá-lo deficitário e limitador em muitos sentidos. Uma das críticas questiona a exigência do consentimento do marido para a realização do aborto. Mesmo apresentando críticas, o jornal acompanhou o projeto, até o momento de sua desaprovação, por mais de um ano enquanto ele transitava pelo Congresso Nacional. Num ambiente de fortes tensões para que o projeto não fosse levado adiante, o deputado José Genoíno Neto (PT/SP), que havia declarado um parecer favorável ao projeto, recebia numerosas cartas ameaçadoras de pessoas que se

⁵⁷ DA CUNHA, Maria Carneiro. A lei ignora a realidade. *Mulherio*. Ano 1. n. 4. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1981, p.4.

⁵⁸ Idem.

mostravam revoltadas com o projeto e que consideram o aborto, em qualquer circunstância, um assassinato além de "criminosas as pessoas que defendem a aprovação do projeto".⁵⁹ A fala do deputado é apresentada no artigo *Aborto*, de Fúlvia Rosenberg: "Talvez não haja no momento outra questão em que o terrorismo moral e ideológico ande tão solto como na referente ao aborto".⁶⁰

Esse terrorismo moral e ideológico do qual fala o deputado pode ser evidenciado na falta de um estado democrático e laico que esteja realmente pensando a cidadania de todos os homens e mulheres como uma exigência. Um dos direitos elementares do acesso a cidadania funda-se na soberania sobre si mesmo, e num país controlado por um estado ditatorial, repressivo e conservador, os conceitos de cidadania são arbitrários. Assim também, num estado pautado por ideais religiosos, que consideram o aborto um assassinato, sem considerar compreensões científicas sobre o assunto, a prática do aborto é tratada como um pecado. O corpo feminino é limitado legalmente por concepções de uma antiga dominação, voltando assim a ideia de que o mesmo é um "vaso sagrado". Assim, a mulher limitada no poder de decisão sobre seu próprio corpo, também está limitada, ou mesmo excluída, em sua cidadania e poder de decisões políticas. Decisões essas historicamente controladas por homens.⁶¹

O *Mulherio* apresentou propostas de grupos feministas que abrangiam o universo da saúde pública onde o aborto deveria ser "livre e gratuito para as mulheres que o desejarem quando não conseguirem evitar uma gravidez indesejada."⁶² Apresentaram, através de entrevistas, a opinião de muitas mulheres, conhecidas no meio público, sobre o problema do aborto no Brasil e se eram ou não favoráveis. No processo da constituinte, defenderam avidamente a participação feminina nas discussões sobre os direitos reprodutivos incentivadas pelo jornal. Havia sim uma grande preocupação para manter os direitos garantidos para os casos legais de aborto. A cobertura do jornal à manifestações de grupos feministas e a mulheres defensoras da descriminalização do aborto que se candidatavam a

⁵⁹ ROSEMBERG, Fúlvia. *Aborto. Mulherio*. Ano 4. n. 16. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1984, p.7.

⁶⁰ ROSEMBERG, Fúlvia. *Aborto. Mulherio*. Ano 4. n. 16. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1984, p.7.

⁶¹ MIGUEL, Luís Felipe. *Aborto e Democracia*. Revista de Estudos Feministas. Florianópolis. 20(3). Setembro-dezembro/2012, p. 662.

⁶² CASTILHO, Inês. *Propostas feministas. Mulherio*. Ano 3, n.14. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1983, p.5.

cargos políticos⁶³, comunicava essa preocupação. O medo de perder os direitos já garantidos, por conta de ser o aborto um tema extremamente polêmico e divisor de opiniões públicas e políticas, transformava esse assunto em algo muito delicado para as feministas. Esse problema é destacado no número 30 de *Mulherio*, ano de 1987, já num estado redemocratizado, num artigo de Santamaria Silveira:

A reação das mulheres só veio quando os anteprojetos da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso transformaram o aborto em crime, independente da circunstância em que for realizado. Até mesmo nos casos previstos pelo atual Código Penal: gravidez resultando de estupro ou quando a gestante sofre risco de vida. Estabelecendo ainda as subcomissões que a vida deve ser protegida desde a concepção. "A aprovação de qualquer uma destas propostas marcaria um retrocesso muito grande na luta da mulher, pois é uma radicalização da questão" afirma a deputada federal Cristina Tavares (PMDB.PE) [...] A legalização do aborto chegou a ser cogitada como uma possível conquista das mulheres na nova Constituição, mas, diante da predisposição de 60% dos parlamentares se posicionarem contrários a ideia, o entusiasmo arrefeceu. "O aborto continua a ser colocado como uma guerra santa": pondera Cristina Tavares, "está colocado indevidamente na Constituinte, e por ser um assunto complexo e delicado, deveria ser aprovado ou rejeitado mediante um plebiscito popular".⁶⁴

Através da leitura do jornal é possível compreender a estagnação da legislação acerca do aborto no Brasil. Com um Congresso Nacional majoritariamente masculino e de posições políticas conservadoras, oferecendo pouco ou quase nenhum espaço político e contribuição para o debate dos direitos reprodutivos das mulheres, o assunto converte-se num enorme tabu que, na falta do debate sério e comprometido, impregna-se de preconceitos e obscurantismo. O interesse político raramente abrangia a condição da mulher e, quando o fazia, funcionava para a manutenção de uma dominação patriarcal.

O *Mulherio* trabalhou ativamente no sentido de desconstruir os ideais morais que envolvem a dominação histórica do corpo feminino, incluindo a criminalização da prática do aborto, para que a mesma pudesse ser compreendida em sua realidade cruel e opressiva, na tentativa de comunicar e mobilizar politicamente, de forma sensível, a defesa do direito ao aborto como essencial à defesa da cidadania e vida das mulheres.

No 15º número, o jornal mostra a importância de desenvolver a questão do aborto de formas mais subjetivas, na tentativa de sensibilizar o público leitor para o

⁶³ Política feminina. *Mulherio*. Ano 2, nº 9. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1982, p. 4-9.

⁶⁴ SILVEIRA, Santamaria. Aborto: momento de decisão. *Mulherio*. Ano 7, n.30. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1987, p. 5.

problema, através da divulgação de um "depoimento corajoso de uma mulher que, como tantas, se submeteu ao aborto não sabe quantas vezes e foi buscar no coração duras memórias [...]".⁶⁵ No texto intitulado *Entre a vida e a morte*, de uma autora não nomeada, há uma narrativa parecida com um conto em primeira pessoa, onde uma mulher descreve todos os sentimentos e sensações de descobrir-se grávida, e tendo de decidir pelo aborto clandestino como sua única opção.

Se fosse lícito, se fosse decente, se não fosse clandestino... Se fosse um médico, se não fosse uma droga estranha, se eu tivesse sabido evitar... Se não tivesse o clima pesado cercado a decisão difícil, meu corpo certamente teria vivido o conflito mudo. [...]

A angústia da decisão - ou a falta de saída - já dói o bastante. A violência afligida ao corpo, a interrupção de um processo que mobiliza mil células, mil tecidos, mil hormônios, mil calores, mil aconchegos também, já é o bastante. Que, além disso, não nos alienem do nosso próprio corpo. O corpo é meu. A vida, palpitante, presente, vida real e concreta, nesse momento, sou eu. Quem sabe de mim, sou eu.

Aquele abraço.⁶⁶

Nesse depoimento, o aborto é pensado na forma como ele afeta emocionalmente a vida das mulheres. O medo e a culpa são sentimentos que percorrem toda a narrativa. A narradora pensa na menstruação atrasada, pensa na relação com o homem e nas noites que passaram juntos. "Mas eu saio de cabeça erguida. Não peço nada. Não digo nada."⁶⁷ Retira-se daí a reflexão de que, em nossa sociedade, a capacidade reprodutiva é única e exclusivamente responsabilidade da mulher, e a maternidade o seu destino. É condição a qual a mulher está sujeita. É imposição não enxergada ou compreendida. Assim, ela questiona o porque de ter que recorrer a clandestinidade, geradora de conflitos e violências, para decidir sobre seu próprio corpo. Ao final, a afirmação: o corpo feminino, com todas as contrariedades, pertence a mulher.

Assim, trabalhando com diferentes linguagens, o jornal mostra seu caminho, entre a política, a saúde, o direito, a autonomia, os sentimentos e as vontades femininas para a defesa do aborto. O direito de decidir sobre o corpo, para as redatoras feministas do jornal, era condição indispensável para a emancipação feminina.

⁶⁵ Entre a vida e a morte. Mulherio. Ano 3, nº 15. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1983, p. 5.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

Conclusão

O desenvolvimento de um movimento feminista no período da ditadura militar brasileira se mostra como uma área de estudo ampla e rica. A formação dos grupos de mulheres que se reuniam para discutir questões do universo feminino permitiu uma novidade na imprensa brasileira. Resultado das associações de mulheres, os periódicos feministas surpreenderam por trazer um enfoque temático pouco ou nunca tratado em periódicos brasileiros. As questões femininas que percorrem as desigualdades entre os sexos são pungentes e determinam diversas violências e sofrimentos femininos que são perpetuados através de antigos discursos de dominação. Nesses jornais, essas desigualdades são trazidas à tona e questionadas de forma categórica, com uma linguagem marxista, proveniente dos movimentos de esquerda, nos quais estiveram presentes muitas das mulheres envolvidas com a produção dos jornais.

Foi no início da década de 80, acompanhando o processo de distensão política, que surge no Brasil o jornal *Mulherio*. Diferente dos jornais que vieram anteriormente, o *Mulherio* vai apresentar um feminismo com uma linguagem diferente e mais identificada com opressões e dominações sexuais sofridas pelas mulheres. O corpo feminino torna-se um assunto recorrente nos artigos da revista. Beleza, liberdade sexual, maternidade e saúde da mulher são questões tratadas e questionadas pela forma como eram determinadas pela sociedade. Por meio da leitura do jornal, pode-se constatar que o jornal defendia avidamente o direito ao aborto e a sua descriminalização. Apresentando dados e importantes informações sobre o tema, ela descortina os preconceitos e tabus que envolvem o tema, expondo toda a violência e dominação política que ocorre através de uma lei que criminaliza a prática do aborto e limita a cidadania plena de mulheres. A descriminalização do aborto é defendida como um direito necessário para a emancipação feminina, se opondo a realidade política e cultural patriarcal e misógina.

Assim, apoderando-se de um meio de comunicação impresso, produzido apenas por mulheres e tratando apenas de assuntos do universo feminino e das reivindicações de mulheres, o jornal pode ser identificado como uma importante

fonte para o estudo da história das mulheres, usado como um instrumento formador de uma nova cultura e linguagens femininas, permeadas pela crítica social e pela perspectiva de transformação de vida das mulheres brasileiras ao se compreender e acabar com as desigualdades conservadas e asseguradas pela dominação patriarcal.

O jornal *Mulherio* denuncia e critica abertamente essa política de dominação masculina que violenta mulheres cotidianamente, das mais variadas formas, inclusive limitando sua participação política. Ao afirmar-se como um jornal feminista e defensor da descriminalização do aborto e constantemente criticar uma estrutura política deficiente no tocante às reivindicações femininas, o jornal apresenta-se numa atitude corajosa frente a uma política e imprensa brasileiras marcadas pela misoginia.

Levando em consideração que a maior parte de sua produção ocorreu no período da ditadura militar, a crítica a um estado de políticas e leis autoritárias é significativa e determinante de um movimento feminista que se desenvolve a partir do movimento de esquerda. Num estado autoritário a mulher é desprovida de autonomia e cidadania. Reivindicar um direito ao aborto é também contestar uma lei que provém de um estado autoritário. É tenacidade no tratamento e defesa de um direito que causa polêmica e divide opiniões de forma acirrada.

O jornal *Mulherio* pode ainda ser visto como um jornal atual porque, apesar de já terem se passado mais de três décadas de seu primeiro número, a discussão sobre a criminalização do aborto continua enrijecida. Apesar de vivermos num estado teoricamente democrático e laico, ainda vivemos, no que se refere ao aborto, sob uma legislação autoritária. Os problemas tratados no jornal permanecem sem resoluções relevantes, sendo ainda questões importantes do movimento feminista. A lei que regulariza a prática do aborto no Brasil permanece intocada, apresentando-se como uma grande contradição a um estado que possui um discurso democrático e laico. O congresso mostra-se paralisado nesse sentido. As lideranças religiosas formam uma poderosa frente de oposição a qualquer tentativa de mudança do código penal a respeito da descriminalização do aborto. A lei, carregada de autoritarismo e controle dos corpos femininos, não é alterada e a atual política não prevê mudanças, permanecendo o aborto um sério tabu na sociedade.

A incoerência dessa lei com um estado democrático e laico é aflitiva e cruel para a vida de milhões de mulheres brasileiras. Por isso, o jornal *Mulherio*, é vanguardista e significativo para a história de luta feminista e a história das mulheres, sendo parte importante do momento de consolidação do feminismo no Brasil.

Arquivos consultados e Fontes

NÓS MULHERES. Associação de Mulheres. São Paulo. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/nosmulheres/>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

MULHERIO, São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/>. Acesso em: 15 de outubro de 2016.

Bibliografia

BASTOS, Natalia de Souza. *Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações da esquerda armada (Brasil, anos 1960-1970)*. Niterói, v.8 n. 2, 2008. Revista Gênero.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2^o Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

Código Civil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto Lei Nº 2.848. de 7 de dezembro de 1940.

COLLING, Ana Maria. *As mulheres e a ditadura militar no Brasil*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2014.

FREITAS, Viviane Gonçalves. *O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História - UnB. Brasília, vol.2, n. 4, 2014.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista*. Revista de Estudos Feministas vol.11 no.1 Florianópolis, 2003.

PERROT, Michelle. *Os silêncios do corpo da mulher*. In: MATOS, Maria Izilda Santos de SOIHET, Rachel (orgs.). *Corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MIGUEL, Luís Felipe. *Aborto e Democracia*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis. 20(3). Setembro-dezembro/2012.

MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1964.

NUNES, Gilcerlândia Pinheiro de Almeida. "A Integração do Negro na Sociedade de Classes": uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção. Revisa Cronos, Natal-RN, v. 9, n. 1, p. 247-254, jan./jun. 2008.

PEDRO, Joana Maria. *O feminismo de "Segunda Onda" - Corpo, Prazer e Trabalho*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012

RAGO, Margareth. *Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global*. Revista Labrys, Estudos Feministas. Número 3, 2003. D

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

DA ROCHA, Maria Isabel Baltar. *A discussão política sobre o aborto no Brasil: uma síntese*. Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo, v. 23, n. 2. jul./dez.. 2006, p. 370.

SARTI, Cynthia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. XXI International Congress of LASA, Chicago, v.26, 1998.

TAMIÃO, Juliana Segato. *Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, 2009.

DE LUCA, Tania Regina, História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos. In:_____. PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.